

No. 28680

**BRAZIL
and
PARAGUAY**

Agreement on the prevention, monitoring, control and suppression of the abuse of and illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances. Signed at Brasília on 29 March 1988

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 29 February 1992.

**BRÉSIL
et
PARAGUAY**

Accord relatif à la prévention, au contrôle, à la réglementation et à la répression de l'abus et du trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes. Signé à Brasília le 29 mars 1988

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 29 février 1992.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PARAGUAI SOBRE PREVENÇÃO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO AO USO INDEVIDO E AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Conscientes de que o cultivo, a produção, a extração, a fabricação, a transformação e o comércio ilegais de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, bem como a organização, a facilitação e o financiamento de atividades ilícitas relacionadas com estas substâncias e suas matérias-primas tendem a solapar suas economias e põem em perigo a saúde física da população, em detrimento do seu desenvolvimento sócio-econômico;

Observando os compromissos que contraíram como Partes da Convenção Única sobre Entorpecentes, de 30 de março de 1961, emendada pelo Protocolo de 25 de março de 1972, da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 21 de fevereiro de 1971, e do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos, de 27 de abril de 1973;

Convencidos da necessidade de adotarem medidas complementares para combater todos os tipos delitivos e atividades conexas relacionadas com o uso indevido e com o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;

Considerando a conveniência de estabelecer uma fiscalização rigorosa da produção, da distribuição e da comercialização de matérias-primas, entre as quais se incluem os precursores e os produtos químicos essenciais, utilizados na elaboração e na transformação ilícitas de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;

Interessados em estabelecer meios que permitam a comunicação direta entre os organismos competentes de ambos os Estados Contratantes e a troca de informações permanentes, rápidas e seguras sobre o tráfico e atividades correlatas, e

Levando em consideração os dispositivos constitucionais, legais e administrativos e o respeito aos direitos inerentes à soberania nacional de seus respectivos Estados;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes comprometem-se a empreender esforços conjuntos, a harmonizar políticas e a realizar programas específicos para o controle, a fiscalização e a repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas e das matérias-primas utilizadas em sua elaboração e transformação, a fim de contribuir para a erradicação de sua produção ilícita. Os esforços conjuntos estender-se-ão igualmente ao campo da prevenção ao uso indevido, ao tratamento e à recuperação de farmacodependentes.

ARTIGO II

Para fins do presente Acordo, entender-se-á por entorpecentes e substâncias psicotrópicas aquelas definidas na Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, emendada pelo Protocolo de 1972, e na Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971, e enumeradas nas listas anexas a esses instrumentos, atualizadas periodicamente de acordo com os procedimentos neles previstos, bem como qualquer outra substância que seja assim considerada de acordo com a legislação interna de cada Parte Contratante.

ARTIGO III

As Partes Contratantes adotarão medidas administrativas para controlar a difusão, a publicação, a publicidade, a propaganda e distribuição de materiais que contenham estímulos ou mensagens

subliminares, auditivas, impressas ou audiovisuais que possam favorecer o uso indevido e o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes intensificarão e coordenarão os esforços dos organismos nacionais competentes para a prevenção do uso indevido, a repressão do tráfico, o tratamento e recuperação de farmacodependentes e a fiscalização dos entorpecentes e das substâncias psicotrópicas, bem como reforçarão tais organismos com recursos humanos, técnicos e financeiros, necessários à execução do presente Acordo.

ARTIGO V

As Partes Contratantes adotarão medidas administrativas contra a organização e o financiamento e para maior controle das atividades relacionadas com o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas. Comprometem-se igualmente a exercer uma fiscalização rigorosa e um controle estrito sobre a produção, a importação, a exportação, a posse, a distribuição e a venda de matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e na transformação dessas substâncias, levando em consideração as quantidades necessárias para satisfazer o consumo interno para fins médicos, científicos, industriais e comerciais.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes estabelecerão modalidades de comunicação direta sobre a detecção de barcos, de aeronaves ou de outros meios de transporte suspeitos de estarem transportando ilícitamente entorpecentes e substâncias psicotrópicas ou suas matérias-primas, inclusive os precursores e os produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e transformação dessas substâncias. Em consequência, as autoridades competentes das Partes Contratantes adotarão as medidas que considerem necessárias, de acordo com suas legislações internas.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes comprometem-se a apreender e a confiscar, de acordo com suas legislações respectivas, os veículos de transporte aéreo, terrestre ou marítimo empregados no tráfico, na distribuição, no armazenamento ou no transporte de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e transformação dessas substâncias.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes adotarão as medidas administrativas necessárias e prestarão assistência mútua para:

- a) realizar pesquisas e investigações para prevenir e controlar a aquisição, a posse e a transferência dos bens gerados no tráfico ilícito dos entorpecentes e das substâncias psicotrópicas e de suas matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e transformação dessas substâncias; e
- b) localizar e apreender os referidos bens, de acordo com a legislação interna de cada Parte Contratante.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes proporcionarão aos organismos encarregados de reprimir o tráfico ilícito, especialmente aos localizados em zonas fronteiriças e nas alfândegas aéreas e marítimas, treinamento especial, permanente e atualizado sobre investigação, pesquisa e apreensão de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas e de suas matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais.

ARTIGO X

As Partes Contratantes trocarão informações entre si, rápidas e seguras sobre:

- a) a situação e tendências internas do uso indevido e do tráfico de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;
- b) as normas internas que regulam a organização dos serviços de prevenção, tratamento e recuperação de farmacodependentes;
- c) os dados relativos à identificação dos traficantes individuais ou associados e aos métodos de ação por eles utilizados;
- d) a concessão de autorização para a importação e exportação de matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na elaboração e na transformação de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas; o volume dessas operações; as fontes de suprimento interno e externo; as tendências e projeções do uso lícito de tais produtos de forma a facilitar a identificação de eventuais encomendas para fins ilícitos;
- e) a fiscalização e vigilância da distribuição e do receituário médico de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas; e
- f) as descobertas científicas no campo da farmacodependência.

ARTIGO XI

Com vistas à consecução dos objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes decidem criar uma Comissão Mista, integrada por representantes dos órgãos competentes, bem como dos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os Estados.

Parágrafo Primeiro - A Comissão Mista terá as seguintes atribuições:

- a) recomendar aos respectivos Governos as ações pertinentes, as quais se desenvolverão através de uma estreita cooperação entre os serviços competentes de cada Parte Contratante;
- b) avaliar o cumprimento de tais ações e elaborar planos para a prevenção e a repressão coordenada do tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;
e
- c) formular às Partes Contratantes as recomendações que considere pertinentes para a melhor execução do presente Acordo.

Parágrafo Segundo - A Comissão Mista será coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores das Partes Contratantes e se reunirá alternadamente no Brasil e no Paraguai ao menos uma vez por ano, sem prejuízo de que, por via diplomática, convoquem-se reuniões extraordinárias.

Parágrafo Terceiro - A Comissão Mista poderá criar subcomissões para desenvolvimento de ações específicas contempladas no presente Acordo, bem como grupos de trabalho para analisar e estudar temas específicos. As subcomissões e os grupos de trabalho poderão formular recomendações ou propor medidas que julguem necessárias à consideração da Comissão Mista.

Parágrafo Quarto - O resultado dos trabalhos da Comissão Mista será apresentado às Partes Contratantes por intermédio de seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores.

ARTIGO XII

As Partes Contratantes adotarão as medidas que forem necessárias à rápida tramitação, entre as respectivas autoridades judiciárias, de cartas rogatórias relacionadas com os processos que possam decorrer da execução do presente Acordo, sem com isso afetar o

direito das Partes Contratantes de exigirem que os documentos legais lhes sejam enviados por via diplomática.

ARTIGO XIII

1. Cada Parte Contratante notificará à outra do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais necessárias para a aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data do recebimento da segunda dessas notificações.

2. O presente Acordo terá uma vigência de dois anos, prorrogável automaticamente por períodos iguais, a menos que uma das Partes Contratantes o denuncie por via diplomática. A denúncia surtirá efeito transcorridos noventa dias da data do recebimento da respectiva notificação.

ARTIGO XIV

O presente Acordo somente poderá ser modificado por mútuo consentimento entre as Partes Contratantes. As modificações entrarão em vigor na forma indicada pelo parágrafo 1 do Artigo XIII.

Feito em Brasília, aos 29 dias do mês de março de 1988, em quatro exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo todos textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República
Federativa do Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pelo Governo
da República do Paraguai:

[Signed — Signé]

CARLOS AUGUSTO SALDIVAR

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y
LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY SOBRE PREVENCIÓN, CONTROL,
FISCALIZACIÓN Y REPRESIÓN DEL USO INDEBIDO Y
DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y DE SUBS-
TANCIAS PSICOTRÓPICAS

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Paraguay
(de ahora en adelante denominados "Partes Contratantes")

Conscientes de que el cultivo, la producción, la extracción, la fabricación, la transformación y el comercio ilegales de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas, así como la organización, la facilitación y el financiamiento de actividades ilícitas relacionadas con estas sustancias y sus materias primas tienden a solapar sus economías y ponen en peligro la salud física de la población, en detrimento de su desarrollo socio-económico;

Observando los compromisos que contrajeron como Partes de la Convención Unica sobre Estupefacientes, del 30 de marzo de 1961, enmendada por el Protocolo del 25 de marzo de 1972, de la Convención sobre Sustancias Psicotrópicas, del 21 de febrero de 1971, y del Acuerdo Sudamericano sobre Estupefacientes y Psicotrópicos, del 27 de abril de 1973;

Convencidos de la necesidad de adoptar medidas complementarias para combatir todos los tipos delictivos y actividades conexas relacionadas con el uso indebido y con el tráfico ilícito de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas;

Considerando la conveniencia de establecer una fiscalización rigurosa de la producción, de la distribución y de la comercialización de materias primas, entre las cuales se incluyen los precursores y los productos químicos esenciales, utilizados en la elaboración y en la

transformación ilícitas de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas;

Interesados en establecer medios que permitan la comunicación directa entre los organismos competentes de ambos Estados Contratantes y el intercambio de informaciones permanentes, rápidas y seguras sobre el tráfico y actividades correlativas; y

Teniendo en consideración los dispositivos constitucionales, legales y administrativos y el respeto a los derechos inherentes a la soberanía nacional de sus respectivos Estados;

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

Las Partes Contratantes se comprometen a emprender esfuerzos conjuntos, a armonizar políticas y a realizar programas específicos para el control, la fiscalización y la represión del tráfico ilícito de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas y de las materias primas utilizadas en su elaboración y transformación, a fin de contribuir a la eliminación de su producción ilícita. Los esfuerzos conjuntos se extenderán igualmente al campo de la prevención del uso indebido, al tratamiento y a la recuperación de fármacodependientes.

ARTICULO II

Para fines del presente Acuerdo, se entenderá por estupefacientes y sustancias psicotrópicas aquellas definidas en la Convención Unica sobre Estupefacientes, de 1961, enmendada por el Protocolo de 1972, y en la Convención sobre Sustancias Psicotrópicas de 1971, y enumeradas en las listas anexas a estos instrumentos, actualizadas periódicamente de acuerdo con los procedimientos previstos en ellos, y cualquier otra sustancia que sea así considerada de acuerdo con la legislación interna de cada Parte Contratante.

ARTICULO III

Las Partes Contratantes adoptarán medidas administrativas para controlar la difusión, publicación, publicidad, propaganda y distribución de materias que contengan estímulos o mensajes subliminares, auditivos, impresos o audiovisuales que puedan favorecer el uso indebido y el tráfico ilícito de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas.

ARTICULO IV

Las Partes Contratantes intensificarán y coordinarán los esfuerzos de los organismos nacionales competentes para la prevención del uso indebido, la represión del tráfico, el tratamiento y la recuperación de fármacodependientes y la fiscalización de los estupefacientes y de las sustancias psicotrópicas, así como reforzarán tales organismos con recursos humanos, técnicos y financieros, necesarios para la ejecución del presente Acuerdo.

ARTICULO V

Las Partes Contratantes adoptarán medidas administrativas contra la organización, el financiamiento y para el mayor control de actividades relacionadas con el tráfico ilícito de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas. Se comprometen, igualmente, a ejercer una fiscalización rigurosa y un control estricto sobre la producción, importación, exportación, posesión, distribución y venta de materias primas, entre las que se incluyen los precursores y los productos químicos esenciales utilizados en la fabricación y en la transformación de esas sustancias, teniendo en consideración las cantidades necesarias para satisfacer el consumo interno para fines médicos, científicos, industriales y comerciales.

ARTICULO VI

Las Partes Contratantes establecerán modalidades de comunicación directa sobre la detección de barcos, de aeronaves o de otros medios de transporte sospechosos de estar transportando

ilícitamente estupefacientes y sustancias psicotrópicas o sus materias primas, entre las que se incluyen los precursores y los productos químicos esenciales utilizados en la fabricación y transformación de esas sustancias. En consecuencia, las autoridades competentes de las Partes Contratantes adoptarán las medidas que consideren necesarias, de acuerdo con sus legislaciones internas.

ARTICULO VII

Las Partes Contratantes se comprometen a aprehender y confiscar, de acuerdo con sus legislaciones respectivas, los vehículos de transporte aéreo, terrestre o marítimo empleados en el tráfico, distribución, almacenamiento o transporte de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas, inclusive de los precursores y de los productos químicos esenciales utilizados en la fabricación y transformación de esas sustancias.

ARTICULO VIII

Las Partes Contratantes adoptarán las medidas administrativas necesarias y prestarán asistencia mutua para:

- a) realizar pesquisas e investigaciones para prevenir y controlar la adquisición, posesión y transferencia de bienes generados en el tráfico ilícito de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas y de sus materias primas, entre las que se incluyen los precursores y los productos químicos esenciales utilizados en la fabricación y transformación de esas sustancias; y
- b) localizar y confiscar los referidos bienes, de acuerdo con la legislación interna de cada Parte Contratante.

ARTICULO IX

Las Partes Contratantes proporcionarán a los organismos encargados de reprimir el tráfico ilícito, especialmente los localizados en zonas fronterizas y en las aduanas aéreas y marítimas, entrenamiento especial, permanente y actualizado sobre investigación,

pesquisa y confiscación de estupefacientes y sustancias psicotrópicas y sus materias primas, entre las que se incluyen los precursores y los productos químicos esenciales.

ARTICULO X

La Partes Contratantes intercambiarán informaciones entre sí, rápidas y seguras sobre:

- a) La situación y tendencias internas del uso indebido y del tráfico de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas;
- b) las normas internas que regulan la organización de los servicios de prevención, tratamiento y recuperación de fármacodependientes;
- c) los datos relativos a la identificación de los traficantes individuales o asociados y a los métodos de acción utilizados por ellos;
- d) la concesión de la autorización para la importación y exportación de materias primas, entre las que se incluyen los precursores y los productos químicos esenciales utilizados en la elaboración y transformación de estupefacientes y sustancias psicotrópicas; el volumen de esas operaciones; las fuentes de suministro interno y externo; las tendencias y proyecciones del uso lícito de tales productos, de manera a facilitar la identificación de eventuales pedidos para fines ilícitos;
- e) la fiscalización y vigilancia de la distribución y del recetario médico de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas; y
- f) los descubrimientos científicos en el campo de la fármacodependencia.

ARTICULO XI

Con miras a la consecución de los objetivos del presente Acuerdo, las Partes Contratantes deciden crear una Comisión Mixta, integrada por representantes de los órganos competentes, así como de los Ministerios de Relaciones Exteriores de ambos Estados.

Parágrafo Primero - La Comisión Mixta tendrá las siguientes atribuciones:

- a) recomendar a los respectivos Gobiernos las acciones pertinentes, las cuales se desarrollarán a través de una estrecha cooperación entre los servicios competentes de cada Parte Contratante;
- b) evaluar el cumplimiento de tales acciones y elaborar planes para la prevención y represión coordinada del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas; y
- c) formular a las Partes Contratantes las recomendaciones que considere pertinentes para la mejor ejecución del presente Acuerdo.

Parágrafo Segundo - La Comisión Mixta será coordinada por los Ministerios de Relaciones Exteriores de las Partes Contratantes y se reunirá alternadamente en el Brasil y en el Paraguay, por lo menos una vez al año, sin perjuicio de que, por la vía diplomática, se convoquen a reuniones extraordinarias.

Parágrafo Tercero - La Comisión Mixta podrá crear subcomisiones para el desarrollo de acciones específicas contempladas en el presente Acuerdo, así como grupos de trabajo para analizar y estudiar temas especiales. Las subcomisiones y los grupos de trabajo podrán formular recomendaciones o proponer medidas que juzguen necesarias poner a consideración de la Comisión Mixta.

Parágrafo Cuarto - El resultado de los trabajos de la Comisión Mixta se presentará a las Partes Contratantes por medio de sus respectivos Ministerios de Relaciones Exteriores.

ARTICULO XII

Las Partes Contratantes adoptarán las medidas que fueren necesarias para la rápida tramitación, entre las respectivas autoridades judiciales, de cartas rogatorias relacionadas con los procesos que puedan derivar de la ejecución del presente Acuerdo, sin que eso afecte el derecho de las Partes Contratantes de exigir que los documentos legales les sean enviados por la vía diplomática.

ARTICULO XIII

1. Cada Parte Contratante notificará a la otra sobre el cumplimiento de las respectivas formalidades constitucionales necesarias para la aprobación del presente Acuerdo, el cual entrará en vigencia en la fecha de la recepción de la segunda de esas notificaciones.

2. El presente Acuerdo tendrá una vigencia de dos años, prorrogable automáticamente por períodos iguales, a menos que una de las Partes Contratantes lo denuncie por vía diplomática. La denuncia surtirá efecto transcurridos noventa días de la fecha de la recepción de la respectiva notificación.

ARTICULO XIV

El presente Acuerdo solamente podrá ser modificado por mutuo consentimiento entre las Partes Contratantes. Las modificaciones entrarán en vigencia en la forma indicada en el párrafo 1 del Artículo XIII.

Hecho en Brasilia, a los 29 días del mes de marzo de 1988, en cuatro ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo todos los textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa
del Brasil:

[*Signed — Signé*]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Por el Gobierno
de la República del Paraguay:

[*Signed — Signé*]

CARLOS AUGUSTO SALDIVAR

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE REPUBLIC OF PARAGUAY ON THE PREVENTION, MONITORING, CONTROL AND SUPPRESSION OF THE ABUSE OF AND ILLICIT TRAFFIC IN NARCOTIC DRUGS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES

The Government of the Federative Republic of Brazil and
The Government of the Republic of Paraguay (hereinafter referred to as “the Contracting Parties”),

Aware that the illegal cultivation, production, extraction, manufacture, transformation of and trade in narcotic drugs and psychotropic substances, as well as the organization, facilitation and financing of illicit activities in connection with such substances and their raw materials, tend to undermine their economies and endanger the physical health of their populations, to the detriment of their socio-economic development,

Noting their obligations as parties to the Single Convention on Narcotic Drugs of 30 March 1961,² as amended by the Protocol of 25 March 1972;³ to the Convention on Psychotropic Substances of 21 February 1971;⁴ and to the South American Agreement on Narcotic Drugs and Psychotropic Substances of 27 April 1973,⁵

Convinced of the need to adopt supplementary measures to combat all types of crimes and related activities in connection with the abuse of and illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances,

Considering the desirability of instituting rigorous control over the production, distribution and marketing of raw materials, including precursors and essential chemicals used in the illicit preparation and transformation of narcotic drugs and psychotropic substances,

Interested in establishing mechanisms to allow for direct communication between the competent bodies of the two Contracting States and the exchange of continuous, prompt and reliable information on trafficking and related activities, and

Taking into account their constitutional, legal and administrative mechanisms and the need to respect the rights inherent in the national sovereignty of both States,

Agree as follows:

Article I

The Contracting Parties shall undertake joint efforts, harmonize policies and carry out specific programmes for the monitoring, control and suppression of the

¹ Came into force on 14 January 1992, the date of receipt of the last of the notifications by which the Contracting Parties informed each other of the completion of the required constitutional procedures, in accordance with article XIII (1).

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 520, p. 151.

³ *Ibid.*, vol. 976, p. 3.

⁴ *Ibid.*, vol. 1019, p. 175.

⁵ *Ibid.*, vol. 1039, p. 53.

illicit traffic in narcotic drugs, psychotropic substances and raw materials used in their preparation and transformation, in order to contribute to the eradication of their illicit production. Joint efforts shall also be extended to the field of abuse prevention and to the treatment and rehabilitation of drug addicts.

Article II

For the purposes of this Agreement, narcotic drugs and psychotropic substances are understood to mean those defined in the Single Convention on Narcotic Drugs of 1961, as amended by the Protocol of 1972, and in the Convention on Psychotropic Substances of 1971, and those listed in the annexes to those instruments, periodically updated in accordance with the procedures provided for therein; and any other substance considered as such under the national legislation of each Contracting Party.

Article III

The Contracting Parties shall adopt administrative measures to control the dissemination, publication, publicizing, advertising and distribution of materials containing subliminal, auditory, printed or audiovisual stimuli or messages that might encourage the abuse of or illicit traffic in narcotic drugs or psychotropic substances.

Article IV

The Contracting Parties shall intensify and coordinate the efforts of the competent national bodies for the prevention of abuse, the suppression of trafficking, the treatment and rehabilitation of addicts and the control of narcotic drugs and psychotropic substances, and shall strengthen such bodies by providing the human, technical and financial resources required for the implementation of this Agreement.

Article V

The Contracting Parties shall adopt administrative measures against the organization and financing, and for the better control, of activities related to the illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances. They also agree to exercise rigorous control and strict monitoring of the production, import, export, possession, distribution and sale of raw materials, including precursors and essential chemicals used in the manufacture and transformation of these substances, taking into account the quantities required for domestic medical, scientific, industrial and commercial consumption.

Article VI

The Contracting Parties shall establish modalities of direct communication on the detection of ships, aircraft or other means of transport suspected of illicitly carrying narcotic drugs, psychotropic substances or their raw materials, including precursors and essential chemicals used in the manufacture and transformation of these substances. Consequently, the competent authorities of the Contracting Parties shall adopt such measures as they deem necessary, in accordance with their national legislation.

Article VII

The Contracting Parties agree to seize and confiscate, pursuant to their national legislation, any air, land or sea transport vehicles used in the traffic, distribution, storage or transportation of narcotic drugs and psychotropic substances, including

precursors and essential chemicals used in the manufacture and transformation of these substances.

Article VIII

The Contracting Parties shall adopt the necessary administrative measures and provide mutual assistance for the purpose of:

(a) Carrying out inquiries and research aimed at preventing and monitoring the acquisition, possession and transfer of property resulting from the illicit traffic in narcotic drugs, psychotropic substances and their raw materials, including precursors and essential chemicals used in the manufacture and transformation of these substances;

(b) Locating and seizing such property, pursuant to the national legislation of each Contracting Party.

Article IX

The Contracting Parties shall provide the bodies responsible for suppressing illicit traffic, particularly those located in border areas and at airports and maritime custom-houses, with ongoing, up-to-date special training in investigation, search and seizure of narcotic drugs, psychotropic substances and their raw materials, including precursors and essential chemicals.

Article X

The Contracting Parties shall exchange prompt, reliable information on:

(a) The national situation and trends with respect to the abuse of and traffic in narcotic drugs and psychotropic substances;

(b) National norms regulating the organization of services for prevention, treatment and rehabilitation of drug addicts;

(c) Data regarding the identification of individuals or groups engaged in trafficking and the operational methods used by them;

(d) Permits issued for the import or export of raw materials, including precursors and essential chemicals used in the preparation and transformation of narcotic drugs and psychotropic substances; the volume of these operations; domestic and foreign sources of supply; and current and projected trends in the lawful use of such products, so as to facilitate the identification of any orders for illicit purposes;

(e) Supervision and monitoring of the distribution and medical prescription of narcotic drugs and psychotropic substances; and

(f) Scientific discoveries in the field of drug addiction.

Article XI

To achieve the objectives of this Agreement, the Contracting Parties have decided to establish a Joint Commission, composed of representatives of the two competent bodies and the Ministers for Foreign Affairs of the two States.

Paragraph 1. The Joint Commission shall have the following mandate:

(a) To recommend to the two Governments appropriate measures, which shall be developed through close cooperation between the competent services of each Contracting Party;

(b) To evaluate how such measures are carried out and to formulate plans for the prevention and coordinated suppression of the illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances; and

(c) To formulate for the Contracting Parties such recommendations as may be considered appropriate for the better implementation of this Agreement.

Paragraph 2. The Joint Commission shall be coordinated by the Ministers for Foreign Affairs of the Contracting Parties and shall meet alternately in Brazil and in Paraguay at least once a year, without prejudice to the convening of special meetings through the diplomatic channel.

Paragraph 3. The Joint Commission may establish subcommissions to implement specific actions envisaged in this Agreement, as well as working groups to analyse and study specific topics. The subcommissions and working groups may formulate such recommendations or propose such measures as they deem necessary, for the consideration of the Joint Commission.

Paragraph 4. The results of the work of the Joint Commission shall be submitted to the Contracting Parties through their respective Ministers for Foreign Affairs.

Article XII

The Contracting Parties shall adopt such measures as may be necessary to expedite the handling by their respective judicial authorities of letters of request in connection with any proceedings resulting from the implementation of this Agreement, without prejudice to the right of the Contracting Parties to require that legal papers be sent to them through the diplomatic channel.

Article XIII

1. Each Contracting Party shall notify the other of the completion of the respective constitutional formalities required for the approval of this Agreement, which shall enter into force on the date of receipt of the second such notification.

2. This Agreement shall remain in force for a period of two years, automatically renewable for equal periods, unless terminated by one of the Contracting Parties through the diplomatic channel. Termination shall be effective ninety days from the date of receipt of the notification thereof.

Article XIV

This Agreement may be amended solely by mutual consent of the Contracting Parties. Amendments shall enter into force as indicated in paragraph 1 of article XIII.

DONE at Brasília, on 29 March 1988, in four original copies in the Portuguese and Spanish languages, all texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[Signed]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

For the Government
of the Republic
of Paraguay:

[Signed]

CARLOS AUGUSTO SALDIVAR

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET
LA RÉPUBLIQUE DU PARAGUAY RELATIF À LA PRÉVEN-
TION, AU CONTRÔLE, À LA RÉGLEMENTATION ET À LA RÉ-
PRESSION DE L'ABUS ET DU TRAFIC ILLICITE DES STU-
PÉFIANTS ET DES SUBSTANCES PSYCHOTROPES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Paraguay (ci-après dénommés les « Parties contractantes »),

Conscients que la culture, la production, l'extraction, la fabrication, la transformation et le commerce illicite des stupéfiants et des substances psychotropes, de même que l'organisation, la facilitation et le financement des activités illicites associées à ces substances et à leurs matières premières, portent préjudice à leur économie et mettent en danger la santé de leurs populations au détriment de leur développement socio-économique,

Dans le respect des engagements auxquels les deux pays ont souscrit en tant que Parties à la Convention unique sur les stupéfiants du 30 mars 1961², modifiée par le Protocole du 25 mars 1972³, à la Convention sur les substances psychotropes du 21 février 1971⁴, et à l'Accord sud-américain relatif aux stupéfiants et aux substances psychotropes en date du 27 avril 1973⁵,

Convaincus de la nécessité d'adopter des moyens complémentaires pour combattre tous les types de délits et d'activités liés à l'abus et au trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes,

Considérant qu'il convient de mettre en place une réglementation rigoureuse de la production, de la distribution et de la commercialisation des matières premières, y compris les précurseurs et les produits chimiques essentiels qui sont utilisés pour la fabrication et la transformation illicites des stupéfiants et des substances psychotropes,

Désireux de mettre en place des moyens permettant une communication directe entre les organismes compétents des deux États contractants ainsi que l'échange permanent et rapide d'informations fiables concernant le trafic de ces substances et les activités qui y sont associées; et

Compte tenu de leurs dispositions constitutionnelles, judiciaires et administratives et du respect des droits inhérents à la souveraineté nationale de chacun des deux États,

Sont convenus de ce qui suit :

¹ Entré en vigueur le 14 janvier 1992, date de la dernière des notifications par lesquelles les Parties contractantes se sont informées de l'accomplissement des formalités constitutionnelles, conformément au paragraphe 1 de l'article XIII.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 520, p. 151.

³ *Ibid.*, vol. 976, p. 3.

⁴ *Ibid.*, vol. 1019, p. 175.

⁵ *Ibid.*, vol. 1039, p. 53.

Article premier

Les Parties contractantes s'engagent à s'efforcer conjointement d'harmoniser leurs politiques et de réaliser des programmes particuliers de contrôle, de réglementation et de répression du trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes, ainsi que des matières premières utilisées pour leur fabrication et leur transformation, afin de contribuer à l'élimination de leur production illicite. Ces efforts conjoints s'exerceront également dans le domaine de la prévention de l'abus de ces substances ainsi que du traitement et de la réhabilitation des sujets pharmacodépendants.

Article II

Aux fins du présent Accord, on entend par stupéfiants et substances psychotropes les substances qui sont définies dans la Convention unique sur les stupéfiants, de 1961, modifiée par le Protocole de 1972, ainsi que dans la Convention sur les substances psychotropes, de 1971, et qui sont énumérées dans les listes annexées à ces instruments, périodiquement mises à jour conformément aux procédures prévues, ainsi que n'importe quelle autre substance qui serait ainsi considérée conformément à la législation interne de chaque Partie contractante.

Article III

Les Parties contractantes prendront des mesures administratives pour contrôler la diffusion, la publication, la publicité, la propagande et la distribution de documents contenant des incitations ou des messages subliminaux, auditifs, imprimés ou audiovisuels susceptibles de promouvoir l'abus et le trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes.

Article IV

Les Parties contractantes intensifieront et coordonneront les efforts des organismes nationaux compétents en matière de prévention de l'abus des substances, de répression du trafic, de traitement et de réadaptation des sujets pharmacodépendants ainsi que de réglementation des stupéfiants et des substances psychotropes et elles renforceront également les moyens de ces organismes en leur fournissant le personnel ainsi que les ressources techniques et financières nécessaires pour la mise en œuvre du présent Accord.

Article V

Les Parties contractantes prendront des mesures administratives pour combattre l'organisation et le financement des activités liées au trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes et intensifier la lutte contre ces activités. Elles s'engagent également à appliquer une réglementation rigoureuse et un contrôle strict de la production, de l'importation, de l'exportation, de la possession, de la distribution et de la vente des matières premières, y compris les précurseurs et les produits chimiques essentiels utilisés pour la fabrication et la transformation de ces substances, compte tenu des quantités nécessaires pour satisfaire leurs besoins intérieurs à des fins médicales, industrielles et commerciales.

Article VI

Les Parties contractantes arrêteront des modalités de communication directe concernant la détection des navires, aéronefs ou autres moyens de transport soup-

connés de transporter illicitement des stupéfiants et des substances psychotropes ou leurs matières premières, y compris leurs précurseurs et les produits chimiques essentiels utilisés pour la fabrication et la transformation de ces substances. En conséquence, les autorités compétentes des Parties contractantes prendront les mesures qu'elles jugeront nécessaires conformément à leur législation interne.

Article VII

Les Parties contractantes s'engagent à saisir et à confisquer, conformément à leur législation respective, les véhicules de transport aérien, terrestre ou maritime employés pour le trafic, la distribution, le stockage ou le transport de stupéfiants et de substances psychotropes, y compris leurs précurseurs et les produits chimiques essentiels utilisés pour leur fabrication et leur transformation.

Article VIII

Les Parties contractantes prendront les mesures administratives nécessaires et se prêteront mutuellement assistance pour :

a) Procéder aux recherches et enquêtes nécessaires à la prévention et au contrôle de l'acquisition, de la possession et de la cession des biens acquis grâce au trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes ainsi que leurs matières premières, y compris leurs précurseurs et les produits chimiques essentiels, utilisés pour leur fabrication et leur transformation; et

b) Localiser et saisir les biens en question, conformément à la législation intérieure de chaque Partie contractante.

Article IX

Les Parties contractantes assureront aux organismes chargés de réprimer le trafic illicite, et en particulier à ceux qui sont situés dans les zones frontalières et dans les postes de douane aériens et maritimes, une formation spéciale, permanente et actualisée aux enquêtes, recherches et saisies de stupéfiants et de substances psychotropes, ainsi que de leurs matières premières y compris leurs précurseurs et les produits chimiques essentiels.

Article X

Les Parties contractantes échangeront rapidement entre elles des informations fiables concernant :

a) L'état et les tendances intérieures de l'abus et du trafic des stupéfiants et des substances psychotropes;

b) Leurs règles internes concernant l'organisation des services de prévention, de traitement et de réadaptation des sujets pharmacodépendants;

c) Les données relatives à l'identification des trafiquants, individuels ou associés, et aux méthodes d'action qu'ils utilisent;

d) La délivrance d'autorisations d'importation et d'exportation de matières premières, y compris les précurseurs et les produits chimiques essentiels, utilisées pour la fabrication et la transformation des stupéfiants et des substances psychotropes; le volume de ces opérations; les sources d'approvisionnement intérieures et extérieures; les tendances et projections de l'usage illicite de ces substances, afin de faciliter l'identification d'éventuelles commandes à des fins illicites;

- e) La réglementation et le contrôle de la distribution et de la prescription à des fins médicales de stupéfiants et de substances psychotropes; et
- f) Les découvertes scientifiques dans le domaine de la pharmacodépendance.

Article XI

En vue d'atteindre les objectifs du présent Accord, les Parties contractantes décident de créer une Commission mixte, composée de représentants des organismes compétents ainsi que des Ministères des Relations extérieures des deux États.

Paragraphe premier. La Commission mixte aura les attributions suivantes :

a) Recommander aux Gouvernements respectifs les mesures à prendre, qui seront appliquées moyennant une coopération étroite entre les services compétents de chaque Partie contractante;

b) Procéder à l'évaluation de l'exécution de telles actions et élaborer des plans de prévention et de répression coordonnées du trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes; et

c) Adresser aux Parties contractantes les recommandations qu'elle jugera pertinentes pour une meilleure exécution des dispositions du présent Accord.

Paragraphe deuxième. La Commission mixte sera coordonnée par les Ministères des relations extérieures des Parties contractantes et se réunira alternativement au Brésil et au Paraguay au moins une fois par an, étant entendu que, par la voie diplomatique, elle pourra être convoquée en session extraordinaire.

Paragraphe troisième. La Commission mixte pourra créer des sous-commissions en vue d'actions spécifiques envisagées dans le présent Accord, ainsi que des groupes de travail pour analyser et étudier certains thèmes particuliers. Les sous-commissions et les groupes de travail pourront formuler des recommandations ou proposer les mesures qu'ils jugeront nécessaires, à l'intention de la Commission mixte.

Paragraphe quatrième. Les résultats des travaux de la Commission mixte seront présentés aux Parties contractantes par l'entremise de leurs Ministères respectifs des relations extérieures.

Article XII

Les Parties contractantes prendront les mesures nécessaires pour assurer la transmission rapide, entre les autorités judiciaires respectives, des commissions rogatoires liées aux poursuites qui pourraient découler de la mise en œuvre du présent Accord, sans préjudice du droit dévolu aux Parties contractantes d'exiger que les documents juridiques leur soient envoyés par la voie diplomatique.

Article XIII

1. Chacune des Parties contractantes notifiera à l'autre l'accomplissement des formalités constitutionnelles nécessaires pour l'approbation du présent Accord, qui entrera en vigueur à la date de la réception de la seconde de ces notifications.

2. Le présent Accord aura une durée de deux ans et sera automatiquement renouvelable pour des périodes de même durée, à moins que l'une des Parties contractantes ne le dénonce par la voie diplomatique. La dénonciation prendra effet au terme de quatre-vingt-dix jours à compter de la date de réception de la notification à cet effet.

Article XIV

Le présent Accord ne pourra être modifié que par consentement mutuel entre les Parties contractantes. Les modifications entreront en vigueur dans la forme indiquée au paragraphe 1 de l'Article XIII.

FAIT à Brasília, le 29^e jour du mois de mars 1988, en quatre exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, tous les textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Gouvernement
de la République
du Paraguay :

[Signé]

CARLOS AUGUSTO SALDIVAR
